



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, julho/2002

**MINISTRO DA FAZENDA**  
Pedro Sampaio Malan

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
Amaury Guilherme Bie r

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**  
Eduardo Refinetti Guardia

**CHEFE DE GABINETE**  
Paulo Márcio Neves Rodrigues

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**  
Almério Cançado de Amorim  
Renato Villela  
Rubens Sardenberg  
Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício  
Daniel Silva Balaban  
Fabiana Magalhães Rodopoulos  
José Cordeiro Neto  
Lindemberg de Lima Bezerra  
Paula Bicudo Magalhães

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da  
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela  
Coordenação-Geral de Estudos Econômico -Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que  
mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** stncesef@fazenda.gov.br  
**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2<sup>o</sup> andar  
70048-902 - Brasília -DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: S TN, v. 8, n. 7, jul. 2002. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995) - . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em julho, o governo central registrou superávit primário de R\$ 1,7 bilhão. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 3,0 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,3 bilhão e R\$ 60,0 milhões, respectivamente. Com esses resultados, o superávit do governo central acumulado no ano atingiu R\$ 21,9 bilhões, valor equivalente a 3,02% do PIB estimado para o período.

*O resultado primário do governo central no mês de julho foi superavitário em R\$ 1,7 bilhão.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)  
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Jun 2002	Jul 2002	Jan-Jul 2001	Jan-Jul 2002
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>22.356,4</b>	<b>27.167,1</b>	<b>153.806,4</b>	<b>178.169,2</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>17.067,2</b>	<b>21.390,5</b>	<b>120.032,7</b>	<b>140.700,2</b>
I.1.1 Receita Bruta	18.198,8	22.565,8	123.376,5	144.257,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.131,6	-1.175,3	-3.124,8	-3.457,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-219,0	-99,3
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.289,2</b>	<b>5.776,5</b>	<b>33.773,7</b>	<b>37.469,0</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.676,3</b>	<b>4.245,1</b>	<b>26.579,7</b>	<b>32.121,5</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>18.680,1</b>	<b>22.922,0</b>	<b>127.226,7</b>	<b>146.047,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>16.751,1</b>	<b>21.207,0</b>	<b>107.200,9</b>	<b>123.803,1</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.919,9</b>	<b>7.042,7</b>	<b>36.831,1</b>	<b>41.599,0</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>6.733,9</b>	<b>7.091,5</b>	<b>39.229,0</b>	<b>45.577,1</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.097,3</b>	<b>7.072,8</b>	<b>31.140,8</b>	<b>36.627,1</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	94,2	1.280,5	3.312,3	4.039,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	-97,6	144,6	1.902,1	548,8
IV.3.3. Outras Despesas	4.100,7	5.647,7	25.926,4	32.039,0
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>1.929,0</b>	<b>1.715,0</b>	<b>20.025,9</b>	<b>22.244,6</b>
V.1. Tesouro Nacional	3.373,7	3.030,0	25.481,2	30.352,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.444,7	-1.315,0	-5.455,3	-8.108,1
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-70,7</b>	<b>-60,0</b>	<b>-361,7</b>	<b>-364,9</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>1.858,3</b>	<b>1.655,0</b>	<b>19.664,1</b>	<b>21.879,7</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,95%</b>	<b>3,02%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: jul2002/jul2001	
<b>Receitas</b>	<b>15,8%</b>
Tesouro	17,2%
Previdência	10,9%
<b>Transferências</b>	<b>20,8%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>14,8%</b>
<b>Despesas</b>	<b>15,5%</b>
Benefícios	16,2%
Pessoal	12,9%
Custeio e Capital	17,6%

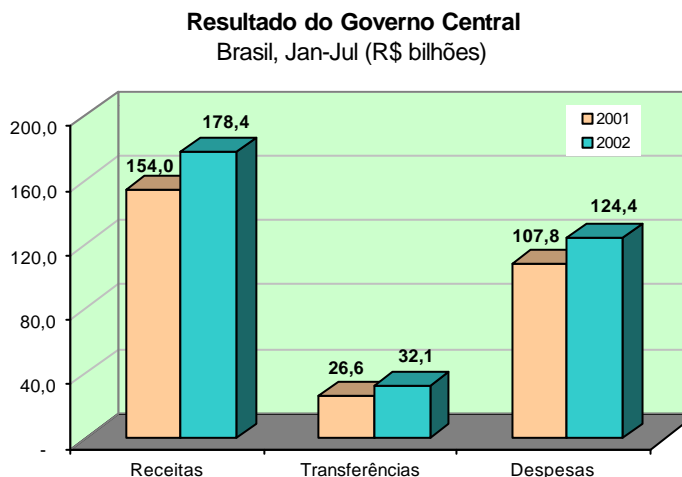
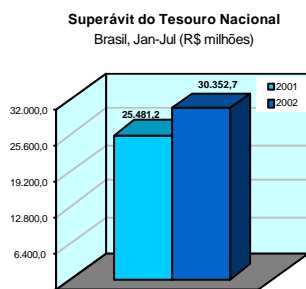
O resultado do governo central até julho foi R\$ 2,2 bilhões superior ao obtido no mesmo período de 2001, conforme apresentado na tabela acima. As receitas totais cresceram 15,8%, atingindo o montante de R\$ 178,2 bilhões, contra R\$ 153,8 bilhões arrecadados em igual período do ano passado. Destacam-se as receitas extraordinárias deste ano, tais como as decorrentes do pagamento de tributos em atraso por fundos de pensão (R\$ 7,4 bilhões), da tributação sobre a operação de permuta de títulos públicos da Petrobras (R\$ 1,1 bilhão), de depósitos judiciais (R\$ 434,8 milhões), e da mudança na alíquota da CPMF de 0,30% para 0,38% a partir de 19/03/2001 (R\$ 1,9 bilhão). Além disso, no mês de julho deste ano foram arrecadados R\$ 1,1 bilhão em decorrência da desistência de ações judiciais e o conseqüente pagamento de IRPJ, CSLL, Cofins e PIS, conforme Medida Provisória nº 38/2002.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	23,1%	24,6%
Transferências	4,0%	4,4%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,1%</b>	<b>20,2%</b>
Despesa Total	16,2%	17,2%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,9%</b>	<b>3,0%</b>

As transferências a estados e municípios aumentaram 20,8% em relação ao observado em igual período do ano anterior, acompanhando, em parte, o comportamento das receitas partilhadas, particularmente do imposto de renda. Em termos nominais, o aumento do imposto de renda no período foi de R\$ 12,7 bilhões (34,7%), pelos motivos descritos acima; o IPI, por outro lado, caiu R\$ 399,7 milhões (3,5%), o que se deve à diminuição, em dólar, do volume de importações tributadas, e à redução de 13,9% no volume de vendas de automóveis ao mercado interno. Assim, as transferências totalizaram R\$ 32,1 bilhões até julho, e a receita líquida do governo central, excluindo as transferências, totalizaram R\$ 146,0 bilhões, 14,8% acima da verificada até julho do ano passado.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	3,8%	4,2%
Previdência Social	-0,8%	-1,1%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
<b>Governo Central</b>	<b>2,9%</b>	<b>3,0%</b>

Por sua vez, as despesas do governo central atingiram R\$ 123,8 bilhões no período, tendo crescido R\$ 16,6 bilhões (15,5%) em relação ao acumulado de janeiro a julho do ano anterior. As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram R\$ 4,8 bilhões (12,9%) devido, entre outros fatores: i) ao aumento salarial de 3,5% concedido no início de 2002 ao funcionalismo público federal; ii) ao realinhamento salarial e reestruturação de carreiras específicas ocorridas no decorrer do ano passado; e iii) ao pagamento, em janeiro e julho, da segunda e terceira parcelas, respectivamente, do passivo dos anuênios devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único.



*As liberações para despesas do FAT, dentre as quais seguro-desemprego e abono salarial, cresceram R\$ 727,1 milhões (22,0%) até julho de 2002.*

Quanto à rubrica “custeio e capital”, vale ressaltar, no mês em análise, o montante de R\$ 1,3 bilhão em despesas do FAT, principalmente para abono e seguro desemprego, em função da liberação do mês anterior ter ocorrido expressivamente no último dia útil, impactando o resultado de julho. No ano, as despesas do FAT acumulam R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 3,3 bilhões de igual período de 2001. Entre as demais despesas de custeio e capital, cujo acréscimo foi de

R\$ 6,1 bilhões no período, destacam-se aquelas nas áreas da saúde e educação, as quais cresceram R\$ 1,8 bilhão e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 8,1 bilhões até julho, contra R\$ 5,5 bilhões em igual período de 2001. Houve crescimento nominal de R\$ 3,7 bilhões (10,9%) nas contribuições previdenciárias, e, em relação ao PIB, ligeiro acréscimo, passando de 5,1% para 5,2%. As despesas com benefícios previdenciários, por sua vez, cresceram R\$ 6,3 bilhões, atingindo cerca de 6,3% do PIB, contra 5,9% no mesmo período do ano passado. Em grande medida, esse acréscimo deveu-se aos incrementos de 11,8% e 3,2%, respectivamente no valor e na quantidade médios de benefícios do período de janeiro a julho deste ano, relativamente a igual período do ano passado.

No mês de julho, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 22,6 bilhões, superando em R\$ 4,4 bilhões a arrecadação do mês anterior. Contribuíram para o crescimento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) os seguintes fatores:

- desistência de ações judiciais e pagamento de tributos atrasados, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 38, de 14/05/2002. A receita decorrente dessa medida totalizou R\$ 1,1 bilhão, vide Boxe 1;
- decorrência de maior número de semanas de fatos geradores (5), com efeitos diretos sobre os tributos com recolhimento semanal, como o IRRF, a CPMF e o IOF, cujas arrecadações aumentaram R\$ 1,1 bilhão, R\$ 464,2 milhões e R\$ 21,3 milhões, respectivamente;
- desvalorização cambial, com impacto positivo na arrecadação do IRRF-Rendimentos do Capital (R\$ 242,0 milhões), decorrente de operações de *swap*;
- maior número de dias úteis (3), que, associado à desvalorização cambial, produziu efeitos sobre o Imposto de Importação e o IPI-Vinculado à Importação, cujos recolhimentos cresceram R\$ 196,7 milhões e R\$ 113,3 milhões, respectivamente;
- recolhimento relativo à primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em junho.

As demais receitas do Tesouro cresceram R\$ 1,2 bilhão (89,7%), com destaque para i) o repasse trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, no valor de R\$ 725,4 milhões, e ii) a devolução de benefícios do seguro-desemprego não desembolsados, R\$ 217,9 milhões.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Jul (R\$ bilhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	33,8	37,5
Benefícios	39,2	45,6
<b>Resultado Primário</b>	<b>-5,5</b>	<b>-8,1</b>

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*Como decorrência de fatores atípicos e sazonais, a receita bruta do Tesouro Nacional superou em R\$ 4,4 bilhões a arrecadação do mês anterior.*

**Boxe 1 – Pagamento Parcelado de Débitos Atrasados**

A Medida Provisória nº 38, de 14/05/2002, estabeleceu no artigo 11 a dispensa do pagamento de acréscimos legais para a quitação de débitos relativos a tributos e contribuições decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2002, relativamente a ações ajuizadas até esta data. O prazo concedido para o pagamento ou parcelamento desses débitos se encerrou em 31 julho de 2002. Pelo disposto na referida MP, a habilitação às regras do pagamento/parcelamento requer a comprovação pela pessoa jurídica da desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais relativas aos tributos pagos ou parcelados.

Em julho, a arrecadação no âmbito das receitas administradas pela SRF proporcionada pelos efeitos dessa MP totalizou R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 596,4 milhões relativos à CSLL, R\$ 443,6 milhões ao IRPJ, R\$ 44,7 milhões à Cofins e R\$ 30,6 milhões ao PIS.

**Receitas do Tesouro  
em relação ao ano  
anterior**

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 19,9% do PIB, superando em 1,4 ponto percentual a arrecadação do mesmo período de 2001. Impostos e contribuições sociais apresentaram, em conjunto, elevação equivalente a 1,6 ponto percentual do PIB e as demais receitas queda de 0,2 ponto percentual.

Em relação ao mesmo período de 2001, a receita bruta deste ano cresceu R\$ 20,9 bilhões, com destaque para as receitas administradas pela SRF: i) a arrecadação decorrente dos pagamentos pelos fundos de pensão referentes a débitos em atraso, no montante de R\$ 7,4 bilhões, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.222/2001; ii) a arrecadação extra, em janeiro, de R\$ 1,1 bilhão proporcionada pela tributação de lucro da Petrobras, decorrente da permuta de títulos públicos; iii) o pagamento de débitos atrasados de diversos tributos em conformidade com a Medida Provisória nº 38/2002, totalizando R\$ 1,1 bilhão; iv) a elevação da alíquota da CPMF, de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001, proporcionando aumento nominal de arrecadação da ordem de 20,14%; e v) a cobrança da CIDE-Combustíveis, a partir de janeiro de 2002, cujas receitas totalizam no ano R\$ 4,2 bilhões.

No mesmo período de comparação, o Imposto de Importação apresentou decréscimo de R\$ 1,3 bilhão, devido à queda de 5,3% no valor em dólar das importações tributadas e à redução de 19,7% na alíquota média, com reflexos também na arrecadação do IPI-Vinculado à Importação.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 15,4 bilhões, inferiores em R\$ 229,9 milhões às registradas em igual período de 2001. Por um lado, observou-se queda das receitas de concessões (R\$ 2,2 bilhões) e dividendos (R\$ 193,0 milhões). No caso das concessões, a redução é explicada pela expressiva arrecadação com o leilão dos serviços de telefonia celular no ano passado, de

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
<b>Impostos</b>	<b>8,3%</b>	<b>9,2%</b>
Imposto de Renda	5,5%	6,8%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,1%	0,9%
<b>Contribuições</b>	<b>7,9%</b>	<b>8,6%</b>
Cofins	3,9%	3,8%
CPMF	1,4%	1,5%
CSLL	0,8%	1,0%
Cide - Combustíveis (*)	-	0,6%
Outras	1,7%	1,6%
<b>Demais</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,1%</b>
Dividendos da União	0,3%	0,3%
Concessões	0,6%	0,2%
Outras	1,5%	1,6%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,5%</b>	<b>19,9%</b>

(\*) Conforme reclassificação da SRF.

R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 1,4 bilhão em 2002. No caso dos dividendos, o destaque foi o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que em abril de 2001 efetuou recolhimento, referente aos exercícios de 1999 e 2000, no valor total de R\$ 378,7 milhões. Já em 2002, o pagamento dos dividendos do FND relativos ao exercício de 2001 ainda não ocorreu. Cumpre registrar o acréscimo nas receitas de dividendos por outras empresas, como a Petrobras (R\$ 206,5 milhões) e a ECT (R\$ 77,6 milhões).

Por outro lado, destaca-se a arrecadação atípica em 2002 de receita referente a depósitos judiciais, no valor de R\$ 434,8 milhões e o crescimento de R\$ 264,6 milhões nas receitas de contribuição para a pensão dos servidores militares, associado à mudança na sistemática de cobrança, em conformidade com o disposto no art. 27 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001.

No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios apresentaram aumento da ordem de 0,4 ponto percentual do PIB quando comparadas ao mesmo período de 2001. Em termos nominais, verificou-se um acréscimo de R\$ 5,5 bilhões, dos quais R\$ 5,0 bilhões referem-se às transferências constitucionais. Tal desempenho acompanha o crescimento das receitas tributárias compartilhadas, em especial do Imposto de Renda que, este ano, foi afetado pelo recolhimento de débitos em atraso de fundos de pensão, entre outros fatores.

Os repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996, desoneração do ICMS, mantiveram-se em 0,3% do PIB, mesmo nível registrado em 2001. No acumulado do ano, tais transferências totalizaram R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 2,1 bilhões em 2001. Tais repasses foram redefinidos pela Lei Complementar nº 102/2000, que estabeleceu para os anos de 2001 e 2002 transferências no valor de R\$ 3,1 bilhões, corrigidas anualmente pelo IGP-DI.

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 14,1 bilhões, superando em R\$ 4,1 bilhões a despesa verificada no mês anterior. As despesas de custeio e capital passaram de R\$ 4,1 bilhões, em junho, para R\$ 7,1 bilhões no mês em análise, e as despesas com pessoal e encargos passaram de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 7,0 bilhões.

O crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais, da ordem de 19,0%, refletiu a concentração do pagamento referente a férias do funcionalismo público, além do adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) devida aos servidores do Poder Executivo. Esses

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Jul (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2001	2002
Petrobras	830,3	1.036,8
BNDES	549,9	444,4
FND	378,7	-
CVRD	148,1	102,5
ECT	47,20	124,8
Banco do Brasil	108,5	111,5
Demais	89,0	138,6
<b>Total</b>	<b>2.151,7</b>	<b>1.958,7</b>

### **Transferências a estados e municípios**

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,15%	3,58%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,32%
Demais	0,52%	0,53%
<b>Total</b>	<b>3,99%</b>	<b>4,43%</b>

### **Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior**

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Jun	Jul
Pessoal e Encargos	5.919,9	7.042,7
Custeio e Capital	4.097,3	7.072,8
Despesas do FAT	94,2	1.280,5
Subsídios e Subvenções	(97,6)	144,6
Outras	4.100,7	5.647,7

*Em julho, as despesas do Tesouro Nacional superaram em R\$ 4,1 bilhões as verificadas no mês anterior devido, em parte, a despesas sazonais com pessoal e encargos sociais e, em parte, ao incremento dos gastos de custeio e capital.*

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

fatores foram superiores, em magnitude, aos acréscimos sazonais verificados em junho, decorrentes do adiantamento do décimo-terceiro do funcionalismo dos Poderes Judiciário e Legislativo e do pagamento da sétima parcela dos 28,86% devida aos servidores civis do Poder Executivo.

Relativamente aos gastos com custeio e capital, houve elevação de R\$ 3,0 bilhões em relação a junho, com destaque para as liberações de recursos para o pagamento das despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais. No mês, tais despesas totalizaram R\$ 1,3 bilhão, contra R\$ 94,2 milhões em junho. Cabe mencionar que as despesas com seguro desemprego totalizaram R\$ 995,3 milhões, contra R\$ 60,9 milhões no mês anterior. Tal variação é explicada pela liberação de recursos para pagamento do seguro desemprego no último dia útil de junho, mas com impacto no caixa do Tesouro em julho. Adicionalmente, em julho ocorreu a liberação do primeiro lote para o pagamento do abono salarial do PIS/Pasep, referente ao pagamento do exercício de 2002/2003, conforme cronograma estabelecido na Resolução Codefat nº 284, de 05/07/2002. Assim, os gastos com o benefício do abono salarial perfizeram R\$ 200,0 milhões no mês.

A rubrica “outras despesas de custeio e capital” apresentou acréscimo de R\$ 1,5 bilhão em relação ao mês anterior, o que pode ser explicado, principalmente, pelo fato de que diversos órgãos realizaram pagamento com recursos que haviam sido liberados pelo Tesouro Nacional em meses anteriores. É importante destacar que a liberação de recursos para a realização das despesas de custeio e capital segue estritamente o cronograma do limite de pagamento contido no Decreto nº 4.309, de 22/07/2002.

No período de janeiro a julho de 2002, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram acréscimo de 0,6 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2001. As despesas com pessoal e encargos sociais elevaram-se o equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, e os gastos de custeio e capital apresentaram elevação correspondente a 0,4 ponto percentual.

A rubrica pessoal e encargos sociais atingiu 5,7% do PIB, contra 5,5% do PIB no período do ano anterior. Em termos nominais, a despesa elevou-se em R\$ 4,8 bilhões devido ao crescimento vegetativo da folha salarial no período, e aos seguintes fatores, sem correspondência em 2001: i) impacto, a partir de fevereiro deste ano, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001; ii) extensão, também a partir de fevereiro de 2002, do percentual de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a



Medida Provisória nº 2.225, de 04/09/2001; iii) pagamento, em janeiro e julho deste ano, da segunda e terceira parcelas, respectivamente, do passivo do adicional do tempo de serviço (anuênios), consoante estabelecido no art. 8º da Medida Provisória nº 2.169-43, de 24/08/2001, ao passo que em julho do ano anterior ocorreu o pagamento da primeira parcela; iv) impactos financeiros da Medida Provisória nº 2.229-43, de 06/09/2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação de carreiras, cargos e funções no âmbito da Administração Pública Federal; e v) pagamento integral do passivo de 28,86%, a partir de novembro de 2001, para servidores públicos aposentados por invalidez e portadores de doenças graves, conforme estabelecido nas Portarias do Ministério do Planejamento nº 179, de 30/08/2001, e nº 256, de 07/11/2001.

Os gastos sob a rubrica “outras despesas de custeio e capital” passaram de 3,9% do PIB de janeiro a julho de 2001, para 4,4% do PIB em 2002. Destaca-se o incremento nos gastos com ações na área da saúde, parcialmente devido ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, os quais totalizaram R\$ 12,9 bilhões este ano, contra R\$ 11,1 bilhões em igual período do ano passado. Também, verificou-se crescimento nos gastos do Ministério da Educação, que perfizeram R\$ 3,6 bilhões este ano, contra R\$ 2,2 bilhões em até julho de 2001. Vale ressaltar que até julho de 2002 a realização de despesas no âmbito do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000, totalizou R\$ 2,0 bilhões, sem correspondência no mesmo período do ano anterior.

As despesas com abono salarial, seguro-desemprego e demais gastos operacionais do FAT apresentaram crescimento de 0,1 ponto percentual do PIB. Em termos nominais houve acréscimo de R\$ 727,0 milhões, em decorrência, principalmente, do reajuste do salário mínimo em abril deste ano.

Por fim, os gastos com subsídios e subvenções econômicas diminuíram 0,2 ponto percentual do PIB em relação a igual período de 2001, correspondendo à redução de R\$ 1,3 bilhão em valores nominais. Os subsídios à agricultura e a despesa líquida com aquisição de produtos agrícolas diminuíram R\$ 408,8 milhões, em parte como decorrência do aumento nas receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas, sobretudo milho, arroz e algodão, em operações ao amparo do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF).

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 1,3 bilhão em julho, abaixo do déficit obtido no mês anterior, quando se alcançou R\$ 1,4 bilhão. Houve aumento de 9,2% na arrecadação líquida, a qual totalizou R\$ 5,8 bilhões, devido, em parte, ao parcelamento de débitos federais permitido pela Medida Provisória nº 38/2002. Por sua vez, as despesas com benefícios previdenciários

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,7%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,7%</b>	<b>5,1%</b>
Despesas do FAT	0,5%	0,6%
Subsídios e Subvenções	0,3%	0,1%
Outras	3,9%	4,4%

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Jul (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
<b>Agricultura</b>	<b>723,7</b>	<b>314,9</b>
Custeio Agropecuário	100,0	117,9
Investimento Rural	22,7	14,3
Preços Agrícolas	363,5	21,0
- EGF	1,7	1,6
- AGF	308,6	-67,3
- Sustentação de preços	53,2	86,8
Pronaf	208,5	161,6
PESA	29,0	0,0
<b>Exportação</b>	<b>470,5</b>	<b>123,8</b>
Proex	470,5	123,8
<b>Total</b>	<b>1.194,1</b>	<b>438,6</b>

**Previdência  
Social**

aumentaram 5,3% em relação a junho, refletindo o reajuste de 9,20% nos benefícios com valores superiores a um salário mínimo, conforme estabelecido no Decreto nº 4.249, de 24 de maio de 2002.

*Em julho, a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 1,3 bilhão, totalizando R\$ 8,1 bilhões em 2002.*

<b>RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>				
<b>Brasil, 2001-2002</b>				
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Jan-Jul</b>	
	<b>2002</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>5.289,2</b>	<b>5.776,5</b>	<b>33.773,7</b>	<b>37.469,0</b>
Arrecadação Bruta	5.720,7	6.232,1	36.739,5	40.605,4
- Contribuição Previdenciária	5.339,8	5.861,4	34.231,0	38.049,8
- Simples	218,6	216,7	1.344,7	1.488,3
- CDP	16,1	1,5	51,6	54,6
- CFT	52,5	47,3	213,8	269,9
- Depósitos Judiciais	52,0	64,4	448,7	441,8
- Refis	30,9	30,0	266,3	222,4
- Outras Receitas	10,8	10,8	183,4	78,6
(-) Restituição/Devolução	-29,5	-52,3	-182,6	-200,3
(-) Transferências a Terceiros	-402,0	-403,3	-2.783,3	-2.936,1
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>6.733,9</b>	<b>7.091,5</b>	<b>39.229,0</b>	<b>45.577,1</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1.444,7</b>	<b>-1.315,0</b>	<b>-5.455,3</b>	<b>-8.108,1</b>
<b>Resultado Primário/PIB</b>			<b>-0,82%</b>	<b>-1,12%</b>

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 37,5 bilhões, representando um acréscimo nominal de 10,9% em relação à verificada em 2001. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 5,17 pontos percentuais no acumulado de 2002, apresentando pequeno incremento quando comparada a igual período de 2001.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 45,6 bilhões nos primeiros sete meses do ano, superando em R\$ 6,3 bilhões o montante observado no mesmo período de 2001 quando estas totalizaram R\$ 39,2 bilhões. Como proporção do PIB, tal incremento correspondeu a 0,4 ponto percentual, acréscimo este decorrente do aumento de: i) 11,8% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2002 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 641,4 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2002.

As concessões dos benefícios totais nos sete primeiros meses de 2002, quando comparados a igual período em 2001, apresentaram os seguintes comportamentos: i) as aposentadorias aumentaram em 230,6 mil (2,0%); ii) os auxílios-doença, aumento de 161,9 mil (31,6%); iii) as pensões por morte, aumento de 144,4 mil (2,8%); iv) os benefícios assistenciais aumentaram 75,1 mil (3,6%); v) os benefícios acidentários, incremento de 23,6 mil benefícios (3,5%); vi) os salários-maternidade, aumento de 4,3 mil (3,2%); e vii) os demais benefícios aumentaram em 1,6 mil (9,9%).

<b>RESULTADO DA PREVIDÊNCIA</b>		
<b>Jan-Jul (% PIB)</b>		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Contribuição	5,06%	5,17%
Benefícios	5,88%	6,29%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-0,82%</b>	<b>-1,12%</b>

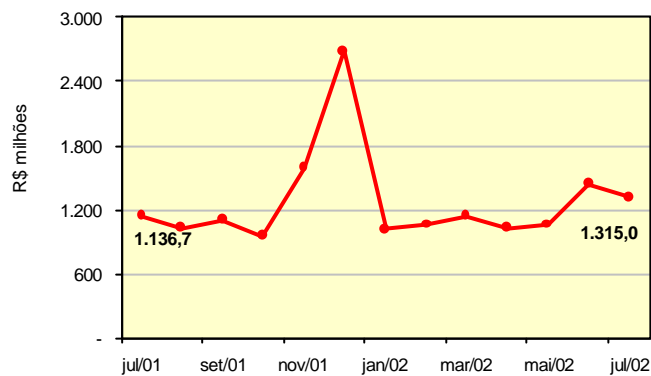
<b>Benefícios Emitidos</b>	<b>jan/2001- jul/2001</b>	<b>jan/2002- jul/2002</b>	<b>%</b>
Quantidade*	19,8	20,4	3,2%
Valor Médio**	290,1	324,2	11,8%

(\*) média em milhões  
(\*\*) média em R\$ 1,00

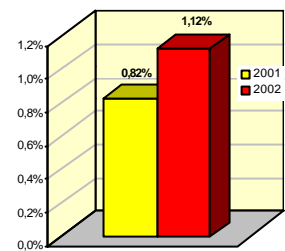
Considerando o acumulado entre janeiro e julho de 2002, o RGPS acumulou déficit primário de cerca de R\$ 8,1 bilhões, apresentando elevação nominal de 48,6% em relação a idêntico período de 2001. Como proporção do PIB estimado, o resultado do acumulado do ano situou-se 0,30 ponto percentual acima daquele observado em idêntico período de 2001 (1,12% do PIB e 0,82% do PIB, respectivamente).

### Déficit da Previdência Social

Brasil, 2001/2002



### Déficit da Previdência Social Jan-Jul (% PIB)



### **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Em julho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 388,4 bilhões, equivalentes a 31,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em julho de 2001.

**TABELA 2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2001/2002**

	(R\$ milhões)		
	2001 Jul	2002 Jun      Jul	
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>89.863</b>	<b>136.585</b>	<b>131.495</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	462.588	546.216	566.091
Dívida Contratual da STN	-289.010	-314.368	-336.525
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-83.714	-95.263	-98.072
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>173.807</b>	<b>212.765</b>	<b>256.908</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	130.705	163.791	194.479
Títulos Depositados em Garantia	-4.101	-4.566	-5.657
Dívida Contratual	48.269	54.545	69.156
Disponibilidades	-1.065	-1.005	-1.070
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>263.671</b>	<b>349.350</b>	<b>388.403</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>23,0%</b>	<b>28,1%</b>	<b>31,0%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*Em julho, a dívida líquida aumentou em 2,9 pontos percentuais do PIB em relação a junho devido, principalmente, à depreciação cambial ocorrida no mês.*

Em relação ao mês de junho, a dívida líquida aumentou em 2,9 pontos percentuais do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, a depreciação cambial de 20,54% ocorrida no mês de julho, o que impactou tanto a dívida interna indexada ao câmbio como o saldo da dívida externa convertida em reais.

### **Dívida Interna Líquida**

A dívida interna líquida caiu 0,5 ponto percentual do PIB em relação a junho, refletindo a elevação dos saldos dos haveres contratuais, tanto do Tesouro Nacional quanto de entidades da administração indireta (fundos, fundações e autarquias). Tal crescimento atingiu o montante de R\$ 25,0 bilhões e deveu-se, principalmente, às variações positivas no mês de seus principais indexadores, IGP-DI (2,05%), IGP-M (1,95%) e TR (0,27%), além da depreciação cambial mencionada. O acréscimo dos haveres mais que compensou o aumento de R\$ 19,9 bilhões no estoque da dívida mobiliária em poder do público, como decorrência da apropriação de juros nominais de R\$ 9,3 bilhões e pela emissão líquida de títulos, no montante de R\$ 10,6 bilhões.

**TABELA 3**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2001/2002**

	(R\$ milhões)		
	2001		2002
	Jul	Jun	Jul
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>89.863</b>	<b>136.585</b>	<b>131.495</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	462.588	546.216	566.091
LFT	252.997	270.183	298.070
LTN	60.660	56.249	51.746
NTN-C	21.252	35.921	36.651
NTN-D	12.639	61.936	55.562
Demais	94.481	97.478	99.409
Dívida Securitizada	18.080	22.255	22.437
TDA	2.479	2.194	2.216
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-372.725</b>	<b>-409.631</b>	<b>-434.597</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-289.010	-314.368	-336.525
Dívida Bancária	27.260	25.424	25.081
Lei nº 7.976/89	-11.207	-11.574	-13.193
Lei nº 8.727/93	-44.434	-45.418	-45.550
Lei nº 9.496/97	-145.557	-159.601	-162.048
Renegociação Dívida Municipais	-19.150	-21.276	-21.570
Demais Haveres da STN	-95.922	-101.923	-119.245
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-83.714	-95.263	-98.072
FAT	-61.574	-68.082	-70.604
Demais Entidades	-22.141	-27.182	-27.467
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>40,3%</b>	<b>43,9%</b>	<b>45,2%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-32,5%</b>	<b>-33,0%</b>	<b>-34,7%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-25,2%</b>	<b>-25,3%</b>	<b>-26,9%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>7,8%</b>	<b>11,0%</b>	<b>10,5%</b>

*Em julho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público ficou em 10,5% do PIB.*

Em julho, conforme apresentado na tabela 4, a seguir, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 10,6 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 23,0 bilhões e os resgates a R\$ 12,4 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, ressaltam-se: i) R\$ 20,2 bilhões em LFT, com diversos vencimentos distribuídos entre 2002 e 2005; ii) R\$ 2,1 bilhões em LTN, com vencimento em setembro de 2002, e iii) R\$ 272,9 milhões em NTN-C com vencimentos em abril de 2008 e julho de 2017, dos quais R\$ 35,0 milhões foram trocados por títulos da dívida securitizada.

Vale ressaltar que, no montante dos R\$ 20,2 bilhões de LFT, estão incluídas operações que o Tesouro Nacional realizou em conjunto com o Banco Central visando a reduzir a volatilidade no mercado secundário e a aumentar a liquidez no sistema e, dessa forma, estabilizar o mercado de títulos públicos federais. Nessas operações ocorreram vendas de LFT, nas quais os adquirentes teriam direito a vender ao Banco Central as NBC-E e NTN-D e suas posições compradas em *swap* de câmbio (passivo em dólar), pelo mesmo volume financeiro da compra de LFT, a taxas pré-estabelecidas.

## **Emissões e Resgates**

### **Boxe 2 – Tesouro Direto**

Do total de títulos emitidos, R\$ 3,8 bilhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 71,8% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN).

**Boxe 3**
**Emissão de NTN-C**

Foi realizado, nos dias 27 e 28 de junho, com liquidação financeira em 1<sup>o</sup> de julho, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) - com vencimentos em 2008 e 2017. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 272,9 milhões, sendo R\$ 113,6 milhões (41,62%) relativos aos títulos com vencimento em 2008 e R\$ 159,3 milhões com vencimento em 2017 (58,38%).

Do valor arrecadado, a maior parte, 69,1%, corresponde a recebimento em dinheiro. Pela troca dos títulos de 2008 foram aceitos títulos da dívida securitizada. Para os títulos de 2017 foram aceitos LFT-A. As taxas obtidas foram de 10,79% a.a. para o título mais curto e 10,85% a.a. para o título mais longo.

*O Tesouro Nacional realizou, em julho, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 10,6 bilhões.*

O Tesouro Nacional emitiu LFT no montante de R\$ 19,7 bilhões, com vencimentos distribuídos entre 2003 e 2006 e foi resgatado o mesmo valor em NBC-E, com vencimentos semelhantes. O Banco Central vendeu LFT de sua carteira no montante de R\$ 3,7 bilhões e resgatou o mesmo valor em NTN-D, com prazos semelhantes. Assim, essas operações não tiveram impacto no nível de liquidez, nem no estoque de títulos públicos em mercado. É importante destacar também que, como resultado das operações de troca de LFT por NBC-E, houve um aumento dos recursos disponíveis no caixa do Tesouro Nacional para fins de pagamento dos serviços da dívida.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 401,8 milhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 284,8 milhões para o Banco da Amazônia S.A. em troca de créditos que o Banco detinha com a União; ii) R\$ 34,2 milhões para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) e; iii) R\$ 48,0 milhões de títulos da Dívida Securitizada para novação de dívidas da Caixa e do Bandern.

Em julho, foram resgatados R\$ 3,6 bilhões em títulos emitidos por meio de emissão direta. Desse total, R\$ 2,5 bilhões foram cancelamentos de títulos, sendo mais relevante o de NTN-P, no valor de R\$ 2,4 bilhões, em nome de empresa extinta, da qual a União é sucessora em direitos e obrigações.

**TABELA 4**  
**EMISSOES E RESGATES DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA**  
**FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER**  
**DO PÚBLICO**  
**BRASIL, Jul/2002**

(R\$ milhões)			
Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
<b>I. Emissões</b>	<b>22.589</b>	<b>402</b>	<b>22.991</b>
LFT	20.217	0	20.217
LTN	2.099	0	2.099
NTN-C	273	0	273
NTN-D	0	0	0
TDA	0	0	0
Securitizada**	0	67	67
Demais	0	335	335
<b>II. Resgates***</b>	<b>8.872</b>	<b>3.567</b>	<b>12.440</b>
LFT	275	0	275
LTN	7.365	0	7.365
NTN-C	694	0	694
NTN-D	539	0	539
TDA	0	40	40
Securitizada**	0	201	201
Demais	0	3.326	3.326
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>13.717</b>	<b>-3.166</b>	<b>10.551</b>

\* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

\*\* Inclui dívida agrícola.

\*\*\* Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Quanto à composição da DPMFi, observou-se: i) aumento da participação dos títulos remunerados pela taxa Selic (2,87 pontos percentuais) devido, especialmente, ao grande volume de LFT emitido (emissão líquida de R\$ 19,9 bilhões); ii) redução na participação dos títulos cambiais (1,03 ponto percentual), explicada pela transferência de R\$ 3,7 bilhões em NTN-D do mercado para a carteira do Banco Central (operações de compra realizadas pela autarquia no mercado secundário de títulos públicos); e iii) redução na participação dos títulos prefixados (1,17 ponto percentual) em razão do resgate líquido de R\$ 5,3 bilhões em LTN.

## Composição

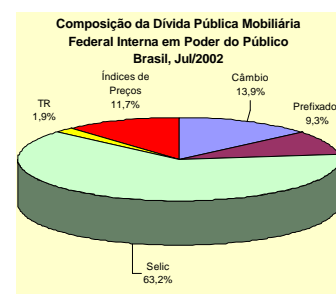
*Em julho, houve redução de 1,03 ponto percentual na participação dos títulos cambiais.*

**TABELA 5**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2001/2002**

Indexador	2001		2002
	Jul	Jun	Jul
Selic	66,68	60,28	63,15
Câmbio	6,38	14,91	13,88
Prefixados	13,21	10,45	9,28
Índices de Preços	9,09	11,89	11,73
TR	4,63	2,47	1,95
Outros	0,01	0,01	0,01

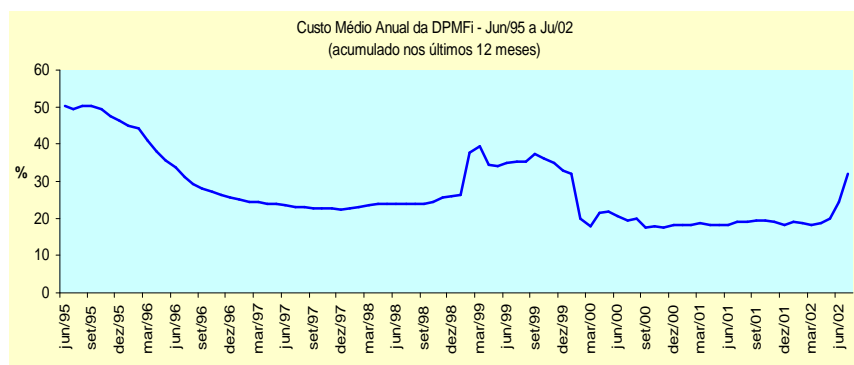
(%)

\* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio dos títulos emitidos por oferta pública (com câmbio) acumulado nos últimos doze meses foi de 31,9% (vide gráfico abaixo). Em períodos de alta volatilidade cambial, o custo médio tende a apresentar alterações significativas ao incluir títulos referenciados ao dólar americano em seu cálculo. Exemplos dessas oscilações foram observados nos meses de dezembro de 2001, junho e julho de 2002 (ver boxe 4).

## Custo Médio



**Boxe 4 – Depreciação Cambial e Oscilação no Custo Médio**

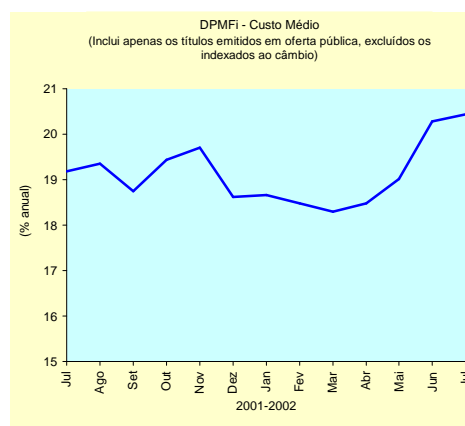
Torna-se imperioso enfatizar algumas questões relativas às grandes oscilações no custo médio, como seguem: i) o cálculo é feito sobre o estoque total da dívida remunerada à taxa de câmbio, cujos vencimentos ocorrem ao longo de um período maior, não significando, portanto, pressão sobre as despesas realizadas no mês; ii) adicionalmente, considera-se, como base para o cálculo do custo médio, a variação do câmbio ocorrida entre o último dia do mês atual e o do mês anterior, não significando que o impacto dessa variação tenha sido realizado no serviço da dívida, pois os pagamentos ocorridos no mês se distribuem ao longo desse período. Esse efeito foi ainda mais representativo quando consideramos o mês de julho, tendo a cotação da taxa de câmbio atingido seu máximo (R\$ 3,42/US\$ 1,00) no dia 31 e; iii) como o custo médio é apresentado em termos anuais, a variação cambial ocorrida em um determinado mês, ao ser anualizada, faz com que variações mais significativas tenham seu efeito ampliado. Este efeito é particularmente visível na tabela 6, na qual o custo anualizado para julho atinge 147,93%, em decorrência da desvalorização cambial de 20,54% registrada no período.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 19,63% a.a., em junho, para 19,98% a.a., em julho. Contribuiu para esse aumento a maior variação dos índices de preços em relação a junho, que afetou particularmente o custo médio dos títulos da dívida securitizada e da NTN-C. O IGP-M para o mês de julho alcançou 1,95% a.m., contra 1,54% a.m. em junho, enquanto que o IGP-DI em julho foi de 2,05% a.m, comparativamente a 1,74% a.m. observado no mês anterior.

**TABELA 6**  
**CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL**  
**EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2001/2002**

Período	Total (1)	Total (2)	(% anual)	
			Pub (1)	Pub (2)
<b>2000</b>	<b>17,45</b>	<b>17,64</b>	<b>18,09</b>	<b>18,35</b>
<b>2001</b>				
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55
Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
<b>2001</b>	<b>17,18</b>	<b>18,28</b>	<b>17,88</b>	<b>18,42</b>
<b>2002</b>				
Jan	17,87	24,31	18,66	26,32
Fev	17,93	13,09	18,48	13,28
Mar	17,61	15,15	18,29	15,55
Abr	17,98	19,91	18,48	20,94
Mai	18,42	34,65	19,01	38,64
Jun	19,63	72,19	20,28	83,09
Jul	19,98	128,63	20,43	147,93
<b>2002</b>	<b>18,49</b>	<b>39,52</b>	<b>19,09</b>	<b>43,59</b>

Pub - Títulos emitidos em oferta pública.  
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio


**Prazo Médio**

Em junho, o prazo médio da DPMFi em poder do público decresceu 1,16 mês (35,60 meses em julho contra 36,76 meses em junho). Esse decréscimo foi provocado, basicamente, pela emissão de R\$ 20,2 bilhões de LFT, pelo Tesouro Nacional, com prazo médio de emissão de 12,32 meses e pela venda de R\$ 3,7 bilhões de LFT, com prazo médio de emissão de 11,58 meses, realizada pelo Banco Central no mercado secundário. Essas duas operações diminuiram o prazo médio de estoque da LFT em 1,97 mês (de 30,70 meses, em junho, para 28,73 meses, em julho) uma vez que acrescentaram ao estoque títulos com prazo inferior.

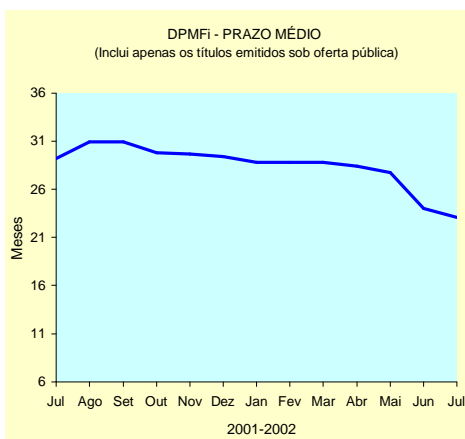


Destaca-se, ainda, a queda de 0,87 mês no prazo dos títulos da dívida securitizada, devido ao cancelamento de CVSA, que são títulos de longo prazo (135,27 meses).

**TABELA 7**  
**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

		(meses)	
Período	Total	Of. Pub. (1)	
<b>2001</b>	Jul	41,13	29,20
	Ago	42,05	30,93
	Set	39,16	30,92
	Out	40,69	29,81
	Nov	40,13	29,64
	Dez	39,84	29,40
<b>2002</b>	Jan	40,70	28,80
	Fev	40,34	28,85
	Mar	40,01	28,79
	Abr	39,76	28,43
	Mai	39,16	27,76
	Jun	36,76	24,00
	Jul	35,60	23,11

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2002**

Título	(meses)		
	2002	2002	2002
	Mai	Jun	Jul
LTN	4,74	4,41	3,91
LFT	35,04	30,70	28,73
NTN-C	68,12	67,73	68,41
NTN-D	18,21	17,09	16,50
TDA	49,21	48,64	47,11
Dívida Securitizada*	58,02	56,71	55,84
Demais	116,41	116,75	117,26
<b>Total</b>	<b>39,16</b>	<b>36,76</b>	<b>35,60</b>

(\*) Inclui dívida agrícola.

O estoque da dívida externa bruta, em moeda nacional, aumentou 20,75% no mês de julho, alcançando o montante de R\$ 263,6 bilhões. A dívida externa líquida cresceu em R\$ 44,1 bilhões, correspondendo a 20,5% do PIB. O fator principal que determinou tal movimento foi a depreciação cambial do real ocorrida no mês. Em moeda norte-americana, a variação no saldo devedor foi de 0,18%.

## Dívida Externa Líquida

**TABELA 8**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

	(R\$ milhões)		
	2001	2002	
	Jul	Jun	Jul
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>130.704,7</b>	<b>163.790,8</b>	<b>194.479,2</b>
Bônus de Renegociação	48.602,1	53.853,7	64.912,6
Bônus de Captação	82.102,6	109.937,1	129.566,6
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>48.268,8</b>	<b>54.544,8</b>	<b>69.155,8</b>
Organismos Multilaterais	24.577,1	29.007,1	38.237,6
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.296,4	9.680,0	11.667,2
Clube de Paris	15.395,3	15.857,8	19.251,0
<b>DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)</b>	<b>178.973,5</b>	<b>218.335,6</b>	<b>263.635,0</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-4.101,3</b>	<b>-4.565,6</b>	<b>-5.656,7</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-1.064,8</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>173.807,4</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>15,1%</b>	<b>17,1%</b>	<b>20,5%</b>

*Em julho, o saldo da dívida externa líquida em poder do público do Tesouro Nacional totalizou R\$ 256,9 bilhões.*

Apesar do resgate do Eurobônus 2002 (R\$ 2,4 bilhões), a pequena elevação, em dólar, no saldo devedor da dívida externa deve-se ao desembolso de US\$ 858,6 milhões (R\$ 2,7 bilhões) relativos ao Programa de Apoio

Financeiro Internacional ao Brasil (PAFIB), que constitui empréstimo da União junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O serviço da dívida externa pago em julho totalizou R\$ 6,0 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões referiram-se ao pagamento de juros e R\$ 3,9 bilhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 4,0 bilhões) referiu-se aos pagamentos da dívida mobiliária externa, conforme observado na tabela 9.

Foram efetuados, também, pagamentos junto ao Clube de Paris (R\$ 1,8 bilhão) em 30/06/2002, com efeito financeiro no mês de julho.

**TABELA 9**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, Jul/2002**

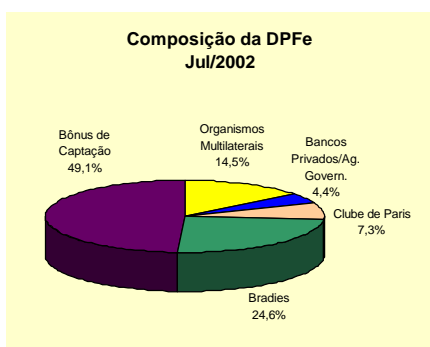
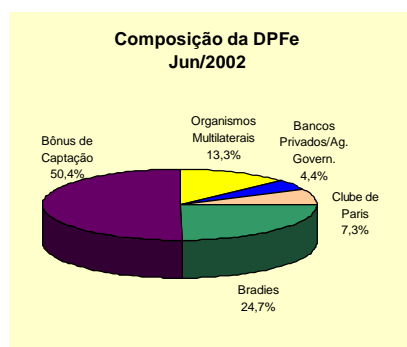
(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>3.858,1</b>	<b>2.144,4</b>	<b>6.002,5</b>
I.1. Organismos Multilaterais	47,4	116,1	163,5
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	51,4	11,7	63,0
I.3. Clube de Paris	1.369,1	420,8	1.789,8
I.4. Dívida Mobiliária	2.390,2	1.595,9	3.986,1
Euro 2005	0,0	312,7	312,7
Global 2006	0,0	222,0	222,0
Global 2012	0,0	198,6	198,6
Global 2005	0,0	137,3	137,3
Global 2020	0,0	181,9	181,9
Global 2007	0,0	245,7	245,7
Euro 2002	2.390,2	227,1	2.617,3
Eurolibra 2007	0,0	70,5	70,5

*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 6,0 bilhões no mês.*

## Composição

Em julho, as alterações na composição da Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foram observadas na dívida composta pelos Bônus de Captação (queda de 1,3 ponto percentual), em virtude do resgate do Eurobônus 2002, e na dívida junto a Organismos Multilaterais (aumento de 1,2 ponto percentual), devido aos novos desembolsos do BIRD, mencionados anteriormente.



*A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa passou de 50,4% em junho para 49,1% em julho.*

Como decorrência do resgate de Eurobônus 2002, o prazo médio da dívida mobiliária externa aumentou de 6,14 anos em junho para 6,18 anos em julho.

Quanto ao custo médio em dólares, a queda de 0,02 ponto percentual deveu-se também ao resgate do Eurobônus 2002, já que o título possuía taxa de juros (9,50% a.a.) superior ao custo médio de junho (8,59% a.a.).

### **Prazo e Custo Médios**

**TABELA 10  
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA  
MOBILIÁRIA EXTERNA  
BRASIL, 2001/2002**

Título	2002		
	2001 Jul	Jun	Jul
<b>Prazo Médio (anos)</b>	<b>6,88</b>	<b>6,14</b>	<b>6,18</b>
Bônus de Renegociação	6,62	6,28	6,20
Bônus de Captação	7,03	6,07	6,17
Globais	8,31	7,40	7,36
Euros	3,85	3,30	3,67
Demais	2,41	2,71	2,64
<b>Custo Médio (% a.a.) *</b>	<b>8,85</b>	<b>8,59</b>	<b>8,57</b>
Bônus de Renegociação	6,37	5,15	5,15
Bônus de Captação	10,31	10,27	10,29
Globais	10,97	11,16	11,16
Euros	9,80	10,04	10,10
Demais	5,78	4,92	4,91

\* Custo Médio em dólares.

*A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,57% a.a. e prazo médio de 6,18 anos, em julho.*

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Jul/2001	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2002
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>21.973,1</b>	<b>22.579,2</b>	<b>21.205,8</b>	<b>23.496,3</b>	<b>22.309,3</b>	<b>28.832,7</b>	<b>29.294,7</b>	<b>23.994,0</b>	<b>23.440,9</b>	<b>26.835,1</b>	<b>25.081,1</b>	<b>22.356,4</b>	<b>27.167,1</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>16.989,3</b>	<b>17.527,0</b>	<b>16.294,3</b>	<b>18.423,9</b>	<b>17.223,1</b>	<b>20.236,7</b>	<b>24.163,4</b>	<b>18.810,2</b>	<b>18.260,7</b>	<b>21.463,7</b>	<b>19.544,5</b>	<b>17.067,2</b>	<b>21.390,5</b>
I.1.1 Receita Bruta	18.065,1	18.658,8	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.568,7	24.420,2	19.160,7	18.465,4	21.656,8	19.789,2	18.198,8	22.565,8
- Impostos	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7
- Contribuições	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0
- Demais	1.747,3	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.622,4	2.428,7	2.456,4	1.550,0	2.882,1	2.149,7	1.340,5	2.543,1
I.1.2. (-) Restituições	-1.075,8	-1.131,8	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>4.983,8</b>	<b>5.052,2</b>	<b>4.911,5</b>	<b>5.072,3</b>	<b>5.086,2</b>	<b>8.595,9</b>	<b>5.131,2</b>	<b>5.183,8</b>	<b>5.180,2</b>	<b>5.371,3</b>	<b>5.536,6</b>	<b>5.289,2</b>	<b>5.776,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.538,5</b>	<b>3.668,3</b>	<b>3.858,7</b>	<b>3.561,5</b>	<b>4.136,9</b>	<b>4.219,6</b>	<b>4.808,1</b>	<b>5.436,9</b>	<b>4.329,5</b>	<b>4.282,1</b>	<b>5.343,5</b>	<b>3.676,3</b>	<b>4.245,1</b>
II.1. Transferências Constitucionais	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0
II.2. Lei Complementar 87/96	298,5	298,5	328,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.3. Demais	559,2	552,5	531,7	359,6	828,9	299,2	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>18.434,6</b>	<b>18.910,9</b>	<b>17.347,0</b>	<b>19.934,8</b>	<b>18.172,4</b>	<b>24.613,1</b>	<b>24.486,6</b>	<b>18.557,0</b>	<b>19.111,4</b>	<b>22.553,0</b>	<b>19.737,6</b>	<b>18.680,1</b>	<b>22.922,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>17.185,2</b>	<b>16.450,8</b>	<b>15.683,0</b>	<b>17.489,8</b>	<b>17.252,1</b>	<b>29.396,7</b>	<b>18.383,8</b>	<b>15.966,6</b>	<b>17.036,3</b>	<b>16.749,8</b>	<b>17.708,5</b>	<b>16.751,1</b>	<b>21.207,0</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>6.261,6</b>	<b>4.787,3</b>	<b>4.806,0</b>	<b>4.785,4</b>	<b>5.223,1</b>	<b>7.947,7</b>	<b>7.242,3</b>	<b>5.478,4</b>	<b>5.276,3</b>	<b>5.354,9</b>	<b>5.284,4</b>	<b>5.919,9</b>	<b>7.042,7</b>
IV.1.1. INSS	351,4	253,9	238,4	223,8	277,5	355,7	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1
IV.1.2. Demais	5.910,1	4.533,4	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.592,0	6.845,1	5.200,0	4.983,2	5.050,0	4.992,0	5.592,7	6.620,6
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>6.120,6</b>	<b>6.092,5</b>	<b>6.019,1</b>	<b>6.026,7</b>	<b>6.676,9</b>	<b>11.283,8</b>	<b>6.157,9</b>	<b>6.254,7</b>	<b>6.316,7</b>	<b>6.413,8</b>	<b>6.608,6</b>	<b>6.733,9</b>	<b>7.091,5</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.803,0</b>	<b>5.571,0</b>	<b>4.857,9</b>	<b>6.677,7</b>	<b>5.352,1</b>	<b>10.165,1</b>	<b>4.983,5</b>	<b>4.233,6</b>	<b>5.443,3</b>	<b>4.981,1</b>	<b>5.815,5</b>	<b>4.097,3</b>	<b>7.072,8</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	698,6	942,2	563,1	604,9	621,5	571,4	333,5	627,5	480,1	434,6	788,9	94,2	1.280,5
- Abono e Seguro Desemprego	650,8	760,8	483,4	540,7	556,6	475,3	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3
- Demais Despesas do FAT	47,8	181,4	79,7	64,3	64,9	96,1	22,1	43,5	109,5	73,0	53,7	33,2	85,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	160,6	584,9	133,5	1.217,0	95,6	683,5	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	-97,6	144,6
- Operações Oficiais de Crédito	87,5	534,1	65,1	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9
- Subvenções aos Fundos Regionais	73,2	50,8	68,4	28,5	90,1	124,3	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	-131,8	75,7
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.943,8	4.043,8	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.519,4	3.606,5	4.866,3	4.414,5	4.883,7	4.100,7	5.647,7
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>1.249,4</b>	<b>2.460,1</b>	<b>1.664,0</b>	<b>2.444,9</b>	<b>920,3</b>	<b>-4.783,6</b>	<b>6.102,8</b>	<b>2.590,4</b>	<b>2.075,1</b>	<b>5.803,2</b>	<b>2.029,1</b>	<b>1.929,0</b>	<b>1.715,0</b>
V.1. Tesouro Nacional	2.386,1	3.500,4	2.771,7	3.399,3	2.511,0	-2.095,7	7.129,5	3.661,3	3.211,5	6.845,6	3.101,1	3.373,7	3.030,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-46,0</b>	<b>-50,8</b>	<b>-82,9</b>	<b>-54,9</b>	<b>-61,4</b>	<b>-79,8</b>	<b>-22,8</b>	<b>-53,2</b>	<b>-57,8</b>	<b>-56,6</b>	<b>-43,8</b>	<b>-70,7</b>	<b>-60,0</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>1.203,4</b>	<b>2.409,3</b>	<b>1.581,1</b>	<b>2.390,0</b>	<b>858,9</b>	<b>-4.863,4</b>	<b>6.080,0</b>	<b>2.537,2</b>	<b>2.017,3</b>	<b>5.746,5</b>	<b>1.985,3</b>	<b>1.858,3</b>	<b>1.655,0</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>58,0</b>	<b>61,7</b>	<b>371,3</b>	<b>-499,1</b>	<b>-13,1</b>	<b>-1.065,7</b>	<b>959,6</b>	<b>-392,6</b>	<b>296,9</b>	<b>-14,0</b>	<b>-137,3</b>	<b>-76,8</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>1.261,4</b>	<b>2.471,0</b>	<b>1.952,4</b>	<b>1.890,9</b>	<b>845,8</b>	<b>-5.929,2</b>	<b>7.039,6</b>	<b>2.144,5</b>	<b>2.314,2</b>	<b>5.732,5</b>	<b>1.848,0</b>	<b>1.781,5</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>-12.233,9</b>	<b>-11.645,1</b>	<b>-9.396,1</b>	<b>-7.628,0</b>	<b>7.443,3</b>	<b>7.637,6</b>	<b>-12.518,5</b>	<b>-678,6</b>	<b>-3.200,2</b>	<b>-8.338,9</b>	<b>-15.995,2</b>	<b>-23.076,4</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>-10.972,5</b>	<b>-9.174,1</b>	<b>-7.443,7</b>	<b>-5.737,2</b>	<b>8.289,1</b>	<b>1.708,4</b>	<b>-5.478,9</b>	<b>1.465,9</b>	<b>-886,0</b>	<b>-2.606,4</b>	<b>-14.147,2</b>	<b>-21.294,9</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Jul/2001	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2002
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>21.564,5</b>	<b>23.878,2</b>	<b>21.714,8</b>	<b>22.714,8</b>	<b>24.046,0</b>	<b>30.554,8</b>	<b>22.989,4</b>	<b>27.751,7</b>	<b>24.643,5</b>	<b>26.411,0</b>	<b>31.032,2</b>	<b>29.307,5</b>	<b>27.989,3</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.969,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	704,8	718,6	746,8	1.315,6	683,3	753,6	633,2	774,2	903,1	1.179,9	786,9	897,5	672,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	312,2	666,5	180,0	268,2	292,1	378,9	144,4	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0
I.5 - Receita do Salário Educação	124,4	125,4	115,5	117,5	119,5	124,4	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	5,7	6,2	5,7	5,7	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2	2.753,1
<b>II. DESPESAS</b>	<b>26.428,4</b>	<b>21.769,6</b>	<b>21.200,7</b>	<b>24.622,3</b>	<b>22.602,8</b>	<b>33.639,9</b>	<b>25.667,7</b>	<b>25.817,1</b>	<b>23.197,8</b>	<b>26.272,1</b>	<b>24.157,4</b>	<b>26.654,4</b>	<b>25.128,2</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>4.137,4</b>	<b>4.483,9</b>	<b>4.459,4</b>	<b>4.367,6</b>	<b>4.023,2</b>	<b>5.665,8</b>	<b>5.869,1</b>	<b>6.158,3</b>	<b>4.847,4</b>	<b>5.038,3</b>	<b>5.938,3</b>	<b>4.498,2</b>	<b>4.898,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	189,8	406,8	194,0	252,5	459,7	180,3	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	796,0	780,1	742,3	725,7	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>22.291,0</b>	<b>17.285,6</b>	<b>16.741,3</b>	<b>20.254,8</b>	<b>18.579,6</b>	<b>27.974,1</b>	<b>19.798,5</b>	<b>19.658,7</b>	<b>18.350,4</b>	<b>21.233,8</b>	<b>18.219,1</b>	<b>22.156,2</b>	<b>20.229,8</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.720,2	4.781,7	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.079,8	5.289,6	5.390,5	5.216,9	5.258,6	7.457,7	5.352,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9	921,5	-723,0	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2
i) Dívida Contratual Interna	2.764,5	15,8	97,5	543,5	1,5	-978,3	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6
ii) Dívida Contratual Externa	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.518,3	3.869,6	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.442,6	3.725,4	4.275,6	3.558,6	3.923,7	4.535,0	4.245,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	218,0	631,9	236,8	311,4	262,7	926,4	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-4.863,9</b>	<b>2.108,6</b>	<b>514,1</b>	<b>-1.907,5</b>	<b>1.443,2</b>	<b>-3.085,1</b>	<b>-2.678,3</b>	<b>1.934,7</b>	<b>1.445,7</b>	<b>138,8</b>	<b>6.874,8</b>	<b>2.653,1</b>	<b>2.861,0</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>18.988,0</b>	<b>14.969,2</b>	<b>14.663,9</b>	<b>24.725,1</b>	<b>13.656,5</b>	<b>10.112,3</b>	<b>16.491,4</b>	<b>14.390,1</b>	<b>16.362,7</b>	<b>22.687,6</b>	<b>11.895,9</b>	<b>7.020,7</b>	<b>25.588,6</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	340,5	2.393,2	342,3	519,8	393,3	563,9	322,4	612,7	593,1	558,3	531,0	572,0	3.067,1
<b>V. DESPESAS</b>	<b>30.825,8</b>	<b>17.888,2</b>	<b>8.935,2</b>	<b>16.027,7</b>	<b>12.653,1</b>	<b>10.815,2</b>	<b>11.352,5</b>	<b>15.212,7</b>	<b>15.676,5</b>	<b>19.695,7</b>	<b>5.855,9</b>	<b>18.295,1</b>	<b>10.345,3</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8
V.2.1 - Dívida Interna	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5	6,6	296,2	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0
V.2.2 - Dívida Externa	166,3	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>-9.647,8</b>	<b>-4.527,0</b>	<b>5.102,2</b>	<b>13.151,4</b>	<b>2.370,8</b>	<b>544,4</b>	<b>4.988,2</b>	<b>-1.229,2</b>	<b>404,4</b>	<b>3.188,1</b>	<b>6.767,2</b>	<b>-9.969,4</b>	<b>14.855,9</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>1.833,3</b>	<b>1.283,3</b>	<b>6.501,9</b>	<b>-1.349,8</b>	<b>-271,1</b>	<b>-640,9</b>	<b>-3.308,0</b>	<b>3.043,7</b>	<b>870,5</b>	<b>-3.311,8</b>	<b>5.698,5</b>	<b>8.686,7</b>	<b>3.372,8</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>-14.868,4</b>	<b>473,0</b>	<b>12.744,7</b>	<b>5.440,0</b>	<b>2.175,4</b>	<b>-4.428,9</b>	<b>-847,4</b>	<b>4.155,8</b>	<b>3.002,4</b>	<b>-181,1</b>	<b>18.613,3</b>	<b>65,4</b>	<b>21.477,1</b>

(\*) Dados retificados

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL**

R\$ milhões

	Jul/2001	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2002
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>6.439,0</b>	<b>7.293,5</b>	<b>8.646,1</b>	<b>7.053,3</b>	<b>5.850,4</b>	<b>2.493,9</b>	<b>6.161,1</b>	<b>8.867,5</b>	<b>1.700,7</b>	<b>6.168,7</b>	<b>6.137,4</b>	<b>9.810,9</b>	<b>11.156,0</b>
I.1. Emissão de Títulos	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	123,1	134,9	223,4	67,0	2,9	-538,6	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5	341,5	314,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>4.605,6</b>	<b>6.010,2</b>	<b>2.144,1</b>	<b>8.403,1</b>	<b>6.121,6</b>	<b>3.134,8</b>	<b>9.469,2</b>	<b>5.823,8</b>	<b>830,2</b>	<b>9.480,5</b>	<b>438,8</b>	<b>1.124,2</b>	<b>7.783,2</b>
II.1. Resgate de Títulos	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7
II.2. Encargos da DPMF	469,6	805,4	258,0	818,0	616,7	939,8	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>1.833,3</b>	<b>1.283,3</b>	<b>6.501,9</b>	<b>-1.349,8</b>	<b>-271,1</b>	<b>-640,9</b>	<b>-3.308,0</b>	<b>3.043,7</b>	<b>870,5</b>	<b>-3.311,8</b>	<b>5.698,5</b>	<b>8.686,7</b>	<b>3.372,8</b>

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jul/2001	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2002
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	10,3	15,4	4,0	13,1	18,0	30,2	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	1,7	23,3	0,0	0,0	0,0	42,2	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	40,1	17,9	-14,2	16,5	-51,1	18,9	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,3	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	32,6	10,6	-29,3	1,3	-51,3	-11,5	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	7,0	7,0	15,0	15,0	0,0	30,2	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	33,1	69,4	25,0	19,1	19,0	155,5	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	2,4	408,2	50,4	46,3	19,5	296,8	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VII. TOTAL</b>	87,5	534,1	65,1	95,1	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9



**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Jul/2001	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2002
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>89.863,4</b>	<b>85.502,8</b>	<b>90.489,0</b>	<b>100.358,1</b>	<b>105.480,4</b>	<b>120.499,9</b>	<b>120.582,8</b>	<b>132.159,1</b>	<b>125.471,9</b>	<b>135.005,2</b>	<b>139.976,1</b>	<b>136.584,7</b>	<b>131.494,7</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	462.587,9	464.504,4	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	566.091,4
Dívida Bancária	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8
INSS	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4
Lei 7.976/89	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8
Bônus Renegociação	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6
Lei 8.727/93	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1
Lei 9.496/97	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6
Recebíveis das Estatais	-19.247,1	-17.616,5	-18.009,2	-18.446,5	-18.238,0	-17.878,1	-18.285,1	-18.247,1	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0
Outros	-29.755,4	-32.120,6	-32.631,8	-32.847,2	-33.272,5	-33.378,8	-30.059,7	-29.976,7	-30.175,1	-30.187,5	-30.172,7	-30.505,3	-37.194,1
Fat	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5
Demais Entidades	-22.140,5	-22.845,9	-23.030,1	-23.243,7	-23.379,6	-23.613,7	-23.955,2	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.181,8	-27.467,3
Créditos das Operações Oficiais	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1
Arrecadação a Recolher	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.903,6
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>173.807,4</b>	<b>188.413,4</b>	<b>197.036,3</b>	<b>197.552,8</b>	<b>180.828,4</b>	<b>164.631,2</b>	<b>173.221,3</b>	<b>168.040,7</b>	<b>169.428,8</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>
Dívida Mobiliária	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2
Títulos Depositados em Garantias	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7
Dívida Contratual	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8
Disponibilidades	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>263.670,7</b>	<b>273.916,2</b>	<b>287.525,3</b>	<b>297.910,9</b>	<b>286.308,8</b>	<b>285.131,1</b>	<b>293.804,1</b>	<b>300.199,8</b>	<b>294.900,7</b>	<b>309.924,9</b>	<b>327.580,0</b>	<b>349.350,1</b>	<b>388.403,1</b>
<b>DIVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>23,0%</b>	<b>23,7%</b>	<b>24,6%</b>	<b>25,3%</b>	<b>24,2%</b>	<b>23,9%</b>	<b>24,5%</b>	<b>24,9%</b>	<b>24,3%</b>	<b>25,4%</b>	<b>26,6%</b>	<b>28,1%</b>	<b>31,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/2001	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2002
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>130.704,7</b>	<b>142.495,9</b>	<b>148.999,9</b>	<b>149.586,4</b>	<b>135.980,2</b>	<b>124.482,9</b>	<b>131.535,1</b>	<b>127.672,9</b>	<b>129.252,8</b>	<b>134.051,0</b>	<b>143.612,1</b>	<b>163.790,8</b>	<b>194.479,2</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>48.602,1</b>	<b>51.008,9</b>	<b>53.314,3</b>	<b>53.067,8</b>	<b>49.570,6</b>	<b>45.487,3</b>	<b>46.744,8</b>	<b>45.389,8</b>	<b>44.878,3</b>	<b>44.729,7</b>	<b>47.750,1</b>	<b>53.853,7</b>	<b>64.912,6</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	941,2	987,8	992,7	1.006,0	939,7	862,3	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0
Par Bond (PB)	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9
Discount Bond (DB)	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1
Debt Conversion Bond (DCB)	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6
New Money Bond (NMB)	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7
Eligible Interest (EI)	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>82.102,6</b>	<b>91.487,0</b>	<b>95.685,6</b>	<b>96.518,6</b>	<b>86.409,5</b>	<b>78.995,6</b>	<b>84.790,2</b>	<b>82.283,0</b>	<b>84.374,4</b>	<b>89.321,3</b>	<b>95.862,0</b>	<b>109.937,1</b>	<b>129.566,6</b>
Bônus Global	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8
Bônus Parallel Franco	324,5	354,6	370,6	371,4	339,2	313,9	327,2	317,7	314,4	319,6	-	-	-
Bônus Parallel Florim	386,3	422,1	441,2	442,3	403,9	373,8	389,5	378,3	374,3	380,6	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	309,3	338,0	353,3	354,1	323,4	299,3	311,9	302,9	304,7	-	-	-	-
Bônus Global 2027	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8
Bônus Eurolira	824,2	900,8	941,4	943,7	861,8	797,6	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6
Bônus Eurosterling 2007	520,7	557,6	591,3	591,9	537,1	506,1	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6
Bônus Euro 2003	1.066,4	1.170,4	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9
Bônus Marco Alemão 2008	816,1	891,8	932,1	934,3	853,3	789,7	823,0	799,1	790,7	804,0	904,9	1.083,1	1.287,6
Bônus Global 2008	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3
Bônus Global 2004	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5
Bônus Euro 2002	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.617,7	1.607,1	1.607,1	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-
Bônus Euro 2004	1.066,4	1.165,3	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3
Bônus Global 2009	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0
Bônus Euro 2006	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.444,5	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2
Bônus Euro 2001	1.279,7	1.398,4	1.461,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2020	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5
Bônus Euro 2010	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4
Bônus Global 2030	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	-
Bônus Samurai 2003	1.164,6	5.574,7	5.803,3	5.743,7	5.326,0	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9
Bônus Euro 2005	2.666,0	2.913,3	3.044,8	3.052,1	2.787,4	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8
Bônus Global 2007	3.647,0	3.833,9	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8
Bônus Global 2040	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8
Bônus Euro 2007	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4
Bônus Samurai 2006	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5	1.229,1	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7
Bônus Global 2006	3.647,0	3.827,6	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8
Bônus Euro 2011	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.022,1	2.022,1	2.000,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8
Bônus Global 2024	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3
Bônus Samurai 2007	1.552,8	1.715,3	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9
Bônus Global 2005	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5
Bônus Global 2012	-	-	-	-	-	-	-	3.022,9	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5
Euro Bond 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9
Bônus Global 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-4.101,3</b>	<b>-4.305,2</b>	<b>-4.456,8</b>	<b>-4.858,2</b>	<b>-4.209,9</b>	<b>-3.768,8</b>	<b>-3.991,7</b>	<b>-3.917,5</b>	<b>-3.580,7</b>	<b>-3.803,6</b>	<b>-4.022,4</b>	<b>-4.565,6</b>	<b>-5.656,7</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>48.268,8</b>	<b>51.287,7</b>	<b>53.655,2</b>	<b>53.964,9</b>	<b>50.177,7</b>	<b>44.900,8</b>	<b>46.640,9</b>	<b>45.260,1</b>	<b>44.706,1</b>	<b>45.615,0</b>	<b>49.003,9</b>	<b>54.544,8</b>	<b>69.155,8</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-1.064,8</b>	<b>-1.065,0</b>	<b>-1.162,0</b>	<b>-1.140,3</b>	<b>-1.119,7</b>	<b>-983,7</b>	<b>-963,0</b>	<b>-974,7</b>	<b>-949,4</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>173.807,4</b>	<b>188.413,4</b>	<b>197.036,3</b>	<b>197.552,8</b>	<b>180.828,4</b>	<b>164.631,2</b>	<b>173.221,3</b>	<b>168.040,7</b>	<b>169.428,8</b>	<b>174.919,7</b>	<b>187.603,8</b>	<b>212.765,4</b>	<b>256.908,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>15,1%</b>	<b>16,3%</b>	<b>16,8%</b>	<b>16,8%</b>	<b>15,3%</b>	<b>13,8%</b>	<b>14,4%</b>	<b>14,0%</b>	<b>14,0%</b>	<b>14,3%</b>	<b>15,2%</b>	<b>17,1%</b>	<b>20,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Jul/2001	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2002
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>628.307,6</b>	<b>633.499,0</b>	<b>650.451,3</b>	<b>676.684,8</b>	<b>680.641,2</b>	<b>691.817,5</b>	<b>697.630,6</b>	<b>711.471,1</b>	<b>713.695,0</b>	<b>730.722,1</b>	<b>746.927,5</b>	<b>760.458,8</b>	<b>778.862,0</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>462.587,9</b>	<b>464.504,4</b>	<b>475.125,8</b>	<b>490.690,7</b>	<b>495.198,5</b>	<b>507.532,3</b>	<b>514.240,0</b>	<b>522.729,6</b>	<b>518.340,9</b>	<b>532.717,2</b>	<b>539.995,0</b>	<b>546.216,2</b>	<b>566.091,4</b>
Dívida Securitizada	18.040,8	19.360,3	19.058,7	17.223,7	17.394,8	19.275,2	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6	22.214,0	22.396,2
Certificados de Privatização	39,4	39,6	39,0	39,1	39,2	39,2	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6
TDA	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5
LTN	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4
LFT	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4
LFT-A	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9
LFT-B	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2
LFT-E	440,6	447,6	453,6	460,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9
NTN-B	-	-	-	-	-	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9
NTN-C	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3
NTN-D	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	55.561,7
NTN-H	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6
NTN-I	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8
NTN-P	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4
NTN-S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6
CFT-D	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1
Demais	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>165.719,8</b>	<b>168.994,6</b>	<b>175.325,5</b>	<b>185.994,1</b>	<b>185.442,7</b>	<b>184.285,2</b>	<b>183.390,6</b>	<b>188.741,5</b>	<b>195.354,0</b>	<b>198.004,9</b>	<b>206.932,5</b>	<b>214.242,6</b>	<b>212.770,5</b>
LTN	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0
LFT	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3
LFT-A	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-	-	-
NTN-A	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-	-
NTN-D	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	87.648,4
Demais	610,8	613,1	613,7	615,4	616,2	616,9	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7	4,8	4,8
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>40,3%</b>	<b>40,1%</b>	<b>40,6%</b>	<b>41,6%</b>	<b>41,8%</b>	<b>42,5%</b>	<b>42,9%</b>	<b>43,4%</b>	<b>42,8%</b>	<b>43,6%</b>	<b>43,9%</b>	<b>43,9%</b>	<b>45,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Jul/2001	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2002
<b>I. INTERNA</b>	<b>-83.714,1</b>	<b>-84.468,3</b>	<b>-85.282,2</b>	<b>-86.768,9</b>	<b>-86.588,2</b>	<b>-87.316,1</b>	<b>-89.598,3</b>	<b>-90.682,0</b>	<b>-92.110,1</b>	<b>-93.046,8</b>	<b>-94.351,2</b>	<b>-95.263,4</b>	<b>-98.071,8</b>
Dívida contratual	907,8	630,4	652,6	655,1	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2
FAT	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5
Aplicações financeiras	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5
Fundos Regionais	-14.863,3	-15.106,6	-15.349,0	-15.630,2	-15.859,5	-16.091,8	-16.362,8	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.344,0	-18.629,3
Demais	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-1.064,8</b>	<b>-1.065,0</b>	<b>-1.162,0</b>	<b>-1.140,3</b>	<b>-1.119,7</b>	<b>-983,7</b>	<b>-963,0</b>	<b>-974,7</b>	<b>-949,4</b>	<b>-942,8</b>	<b>-989,7</b>	<b>-1.004,6</b>	<b>-1.069,8</b>
Disponibilidades	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-84.779,0</b>	<b>-85.533,3</b>	<b>-86.444,2</b>	<b>-87.909,2</b>	<b>-87.707,9</b>	<b>-88.299,8</b>	<b>-90.561,4</b>	<b>-91.656,7</b>	<b>-93.059,5</b>	<b>-93.989,6</b>	<b>-95.340,9</b>	<b>-96.268,0</b>	<b>-99.141,6</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,4%</b>	<b>-7,4%</b>	<b>-7,4%</b>	<b>-7,5%</b>	<b>-7,4%</b>	<b>-7,4%</b>	<b>-7,5%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,9%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em julho, foram maiores dos que os creditados em Junho, em 9,3%. O incremento decorreu dos seguintes fatores:

1) pagamento no final de junho do IRPJ referente aos fundos de pensão, no valor de R\$ 44 3 milhões, com impacto na 1ª Cota de julho, creditada no dia 10/07/2002;

2) incremento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, acima da prevista, por conta de duas semanas de fatos geradores, das operações swap (R\$ 397 milhões), por conta da desvalorização cambial e, também, do aumento do IR incidente sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa (R\$ 541 milhões).

Vale ressaltar que no mês de julho foi liberado o 2º lote de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, relativo ao calendário de 2001, exercício 2002.

Em julho as transferências do IPI -Exportação cresceram 3% em relação ao mês de junho, ficando abaixo da estimativa divulgada. Concorreu para isto a menor arrecadação do IPI influenciada pela redução no volume de vendas dos automóveis (-17,9%) e IPI Fumo (-11,5%).

## DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM* (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/02 JUN/02	JUL/02 JUL/01	JAN A JUL/02 JAN A JUL/01
2001	1.291,4	1.419,7	10.182,7	-	-	-
2002	1.580,0	1.445,0	12.743,4	+9,3%	+22,3%	+25,1%

ANO	FPE* (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/02 JUN/02	JUL/02 JUL/01	JAN A JUL/02 JAN A JUL/01
2001	1.234,0	1.356,6	9.730,1	-	-	-
2002	1.509,8	1.380,8	12.177,0	+9,3%	+22,3%	+25,1%

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -FUNDEF

## PREVISTO X REALIZADO

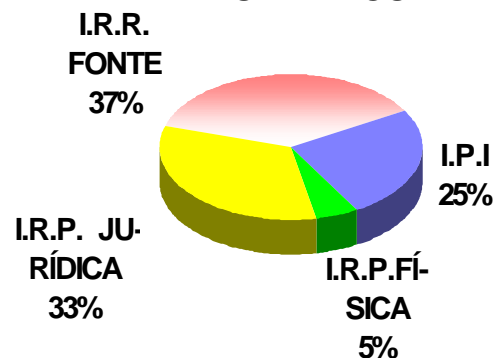
De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **julho** foram efetuados nas seguintes datas: **10/07, 19/07 e 30/07**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
<b>JUN</b>	<b>+4,0 %</b>	<b>+9,3 %</b>	<b>+4,0 %</b>	<b>+9,3 %</b>	<b>+9,0 %</b>	<b>+3,0 %</b>

## COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **julho** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

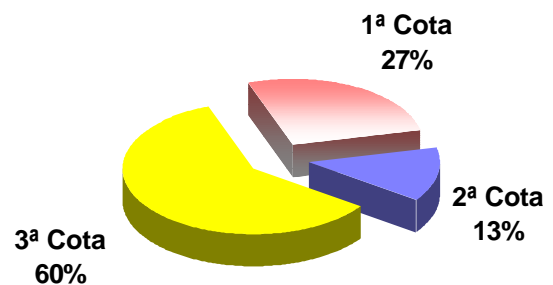
### BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



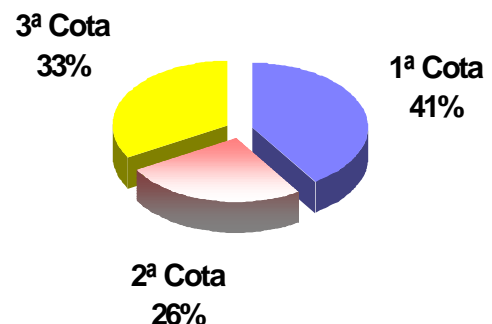
## DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



### IPI-EXP



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de junho a 20 de julho, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Jun	473,7	3.564,7	4.038,4						
<b>JUL/2002</b>	<b>1.557,3</b>	<b>5.850,6</b>	<b>7.407,9</b>	<b>JUL/2002</b>	<b>7.022,4</b>	<b>1.283,3</b>	<b>1.343,0</b>	<b>128,4</b>	<b>486,1</b>
1º Dec./Jul.	633,9	1.360,1	1.994,0	3º Dec./Jun.	4.038,4	738,0	772,3	40,3	273,6
2º Dec./Jul.	403,5	586,5	990,0	1º Dec./Jul.	1.994,0	364,4	381,4	53,9	141,1
3º Dec./Jul.	519,9	3.904,0	4.423,9	2º Dec./Jul.	990,0	180,9	189,3	34,3	71,4

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	7.391,12	43.903,15	13,00	9.099,20
AL	31.892,04	53.388,34	126,16	15.486,87
AM	18.788,37	35.810,39	3.642,74	10.775,88
AP	5.086,70	43.787,65	29,56	8.830,93
BA	121.758,28	120.585,44	7.517,89	76.615,55
CE	68.194,60	94.157,57	1.520,18	29.723,40
DF	3.240,00	8.857,63	2,88	2.535,46
ES	23.856,40	19.250,14	5.727,70	10.724,22
GO	50.199,16	36.486,71	899,06	16.115,61
MA	54.233,86	92.634,24	1.536,40	53.211,29
MG	174.866,31	57.166,50	16.685,34	50.267,06
MS	20.117,03	17.094,12	768,10	7.312,23
MT	25.600,29	29.618,26	702,32	10.827,33
PA	48.720,38	78.437,90	6.159,81	38.330,39
PB	43.368,65	61.458,00	325,46	18.698,29
PE	69.204,70	88.553,21	837,39	26.987,09
PI	33.290,69	55.458,37	150,72	20.746,77
PR	91.068,41	37.001,33	13.880,13	30.031,54
RJ	39.894,42	19.605,63	8.171,28	14.839,78
RN	33.268,12	53.616,77	398,63	15.581,89
RO	12.132,53	36.133,80	141,83	8.665,83
RR	6.411,63	31.835,88	9,51	6.770,13
RS	91.013,04	30.220,15	21.284,96	30.090,15
SC	52.901,87	16.424,22	12.117,74	16.146,81
SE	19.387,18	53.326,74	86,37	12.970,87
SP	178.615,48	12.833,43	25.688,41	53.064,99
TO	20.456,88	55.697,07	18,50	13.481,09
<b>TOTAL</b>	<b>1.344.958,15</b>	<b>1.283.342,63</b>	<b>128.442,08</b>	<b>607.930,67</b>

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	AGO/JUL	SET/AGO	OUT/SET
FPM	-5,0 %	-5,0 %	-3,0 %
FPE	-5,0 %	-5,0 %	-3,0 %
IPI-EXP	+9,0 %	+4,0 %	+8,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Set/2001	30/01/01	Fev/2002	27/03/02
Out/2001	30/10/01	Mar/2002	29/04/02
Nov/2001	30/01/02	Abr/2002	28/05/02
Dez/2001	25/01/02	Mai/2002	21/06/02
Jan/2002	21/02/02	Jun/2002	31/07/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559  
Email: stncofin@fazenda.gov.br

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI - EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

### JULHO/2002

#### COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF apresentaram no mês de julho um incremento de 12,4 % quando comparados aos do mês anterior. Essa variação foi consequência do incremento de 9,3% nas parcelas dos Fundos de Participação em relação aos valores liberados em junho, e também, por conta da variação positiva de 10%, relativamente ao ICMS.

Origens	R\$ Mil				
	junho	Partic.	julho	Partic.	Jul/ Jun
FPM	214.994,4	12,5%	235.080,7	12,1%	9,3%
FPE	207.121,5	12,0%	226.472,2	11,7%	9,3%
IPI-EXP	22.007,3	1,3%	22.666,2	1,2%	3,0%
LC 87/96 LC 102/00	49.275,5	2,9%	49.275,5	2,5%	0,0%
Compl. União	24.812,0	1,4%	74.436,0	3,8%	-
ICMS	1.207.332,8	70,0%	1.331.720,7	68,7%	10,3%
<b>Total</b>	<b>1.725.543,5</b>	<b>100%</b>	<b>1.939.651,3</b>	<b>100%</b>	<b>12,4%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

#### DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliz a vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fun def podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de e-mail: [fundef@sef.mec.gov.br](mailto:fundef@sef.mec.gov.br)
- por correspondência endereçada ao:  
 Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC  
 Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500  
 70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**  
 Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559  
 Email: [stncofin@fazenda.gov.br](mailto:stncofin@fazenda.gov.br)

#### PORTARIA MF Nº 27, DE 30/01/2002 - ESTIMATIVA DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO DE 2002

Portaria MF nº 27, de 30 de janeiro de 2002, publicado no D.O.U. em 31/01/02 que divulga o cronograma com a estimativa dos valores da Complementação da União, relativo ao ano de 2002.

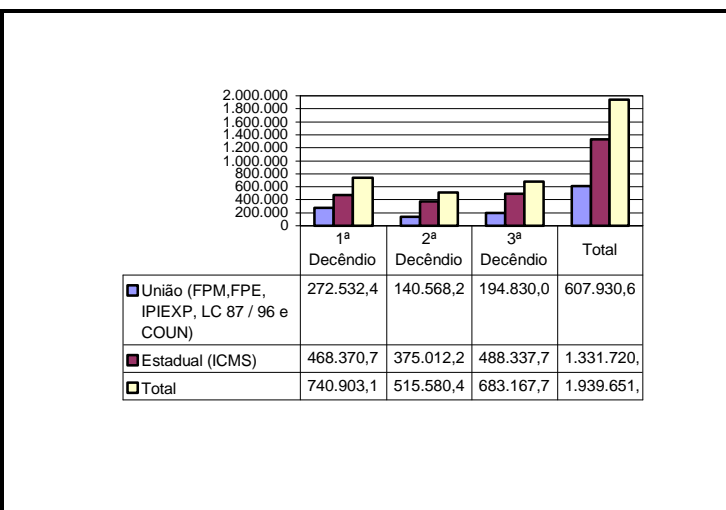
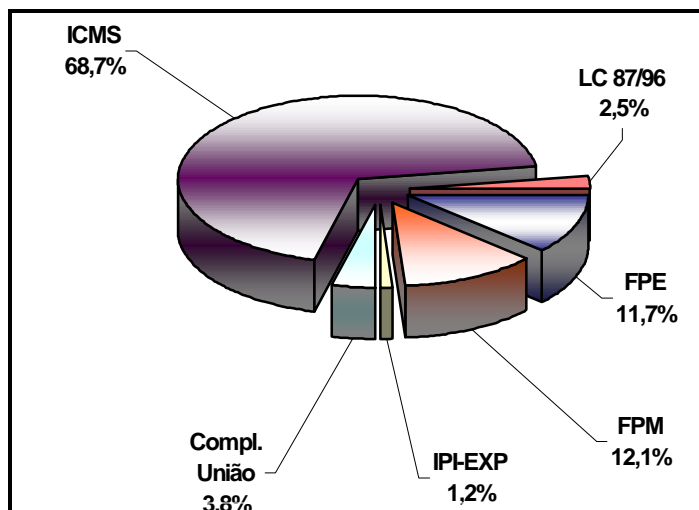
R\$ Mil

ESTADO MÊS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
	JANEIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517
FEVEREIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MARÇO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
ABRIL	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MAIO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JUNHO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JULHO	30.686.027	26.192.810	12.647.660	4.909.550	74.436.047
AGOSTO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
SETEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
OUTUBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
NOVEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
DEZEMBRO	40.914.701	34.923.742	16.863.542	6.546.062	99.248.047
<b>TOTAL</b>	<b>183.718.200</b>	<b>137.222.800</b>	<b>66.536.800</b>	<b>21.016.600</b>	<b>421.804.264</b>

## FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

## FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



## DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JULHO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	138.714	7.747,6	1.304,3	2,3	0,0	45,0	2.034,8	11.134,0	80,3	619,4
AL	675.161	9.421,5	5.628,0	22,3	0,0	415,1	8.256,3	23.743,2	35,2	266,9
AM	666.430	6.319,5	3.315,6	642,8	0,0	498,0	23.522,2	34.298,0	51,5	364,4
AP	119.101	7.727,2	897,7	5,2	0,0	200,8	1.694,3	10.525,2	88,4	692,8
BA	3.523.271	21.279,8	21.486,7	1.326,7	30.686,0	1.836,3	53.476,1	130.091,7	36,9	240,7
CE	1.659.062	16.616,0	12.034,3	268,3	0,0	804,8	39.560,8	69.284,2	41,8	266,2
DF(2)	311.758	1.563,1	571,8	0,5	0,0	400,1	0,0	2.535,5	8,1	64,2
ES	521.063	3.397,1	4.209,9	1.010,8	0,0	2.106,4	22.695,6	33.419,8	64,1	460,6
GO	998.390	6.438,8	8.858,7	158,7	0,0	659,5	38.176,4	54.292,0	54,4	377,9
MA	1.531.967	16.347,2	9.570,7	271,1	26.192,8	829,5	12.873,9	66.085,2	43,1	243,3
MG	3.325.229	10.088,2	30.858,7	2.944,5	0,0	6.375,7	121.842,8	172.109,8	51,8	357,6
MS	427.869	3.016,6	3.550,1	135,5	0,0	610,0	17.282,2	24.594,5	57,5	405,0
MT	521.155	5.226,8	4.517,7	123,9	0,0	958,9	22.470,2	33.297,6	63,9	432,7
PA	1.543.112	13.842,0	8.597,7	1.087,0	12.647,7	2.156,0	13.462,2	51.792,6	33,6	246,3
PB	796.203	10.845,5	7.653,3	57,4	0,0	142,0	10.218,0	28.916,3	36,3	286,8
PE	1.578.289	15.627,0	10.546,1	147,8	0,0	666,2	34.311,6	61.298,7	38,8	275,6
PI	745.608	9.786,8	5.874,8	26,6	4.909,6	149,0	6.216,4	26.963,2	36,2	251,4
PR	1.570.158	6.529,6	16.070,9	2.449,4	0,0	4.981,6	69.925,5	99.957,0	63,7	445,7
RJ	2.008.532	3.459,8	7.040,2	1.442,0	0,0	2.897,8	135.770,6	150.610,4	75,0	494,0
RN	579.231	9.461,8	5.870,8	70,3	0,0	178,9	13.912,3	29.494,2	50,9	360,8
RO	299.212	6.376,6	2.141,0	25,0	0,0	123,2	8.028,6	16.694,4	55,8	385,8
RR	72.178	5.618,1	1.131,5	1,7	0,0	18,9	1.586,9	8.357,0	115,8	901,9
RS	1.539.176	5.333,0	16.038,9	3.756,2	0,0	4.962,1	106.366,1	136.456,2	88,7	560,5
SC	890.468	2.898,4	9.335,6	2.138,4	0,0	1.774,4	43.943,2	60.090,0	67,5	501,5
SE	393.510	9.410,6	3.421,3	15,2	0,0	123,8	7.736,4	20.707,3	52,6	406,9
SP	5.347.539	2.264,7	30.944,4	4.533,2	0,0	15.322,6	511.405,5	564.470,5	105,6	647,1
TO	286.388	9.828,9	3.610,0	3,3	0,0	38,9	4.951,8	18.432,9	64,4	496,1
<b>Total</b>	<b>32.068.774</b>	<b>226.472,2</b>	<b>235.080,7</b>	<b>22.666,2</b>	<b>74.436,0</b>	<b>49.275,5</b>	<b>1.331.720,7</b>	<b>1.939.651,3</b>	<b>60,5</b>	<b>401,1</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.